

**A ARGUMENTAÇÃO EM CRIANÇAS DE IDADE PRÉ-ESCOLAR\***

Luci BANKS-LEITE

**RESUMO** *Ao examinarmos o grande número de pesquisas experimentais, realizadas sobre a argumentação, em uma perspectiva genética ou desenvolvimentista, poucas se referem à argumentação em jovens crianças. Na maior parte desses trabalhos, quando as crianças em idade pré-escolar são integradas, elas surgem como apresentando uma argumentação rudimentar e/ou suas condutas são classificadas como pré argumentativas. Encontramos dessa forma, um reflexo dos estágios piagetianos, no qual a criança do pré-operatório (e pré-escolar) é uma criança pré-argumentativa. Nosso estudo se inspira em um quadro teórico mais propriamente lingüístico e procura analisar as trocas linguísticas quer das crianças entre elas quer entre crianças-adulto. Mais precisamente nós procuramos analisar sequências discursivas que surgem espontaneamente em uma classe de crianças brasileiras cuja idade média é 5 anos. Segundo esse estudo, parece-nos válido afirmar que existe uma argumentação já bastante elaborada nessa faixa etária, fato que é corroborado pela presença e emprego adequado de um grande número de marcas linguísticas -operadores e conectores argumentativos- e pela convocação de certos princípios, os topoï, válidos para uma certa comunidade linguística; tais princípios permitem a passagem de um argumento à uma conclusão (cf. “warrant” de Toulmin). Um certo número de questões podem ser levantadas a partir dessas análises: qual é a concepção de língua/linguagem e de sentido / significado presente, de forma mais ou menos explícita, nesses diferentes estudos? Que tipo de competência ou “savoir-faire” é exigido das crianças nas situações ditas naturais e nas situações experimentais?*

**RÉSUMÉ** *Parmi un grand nombre de recherches expérimentales, réalisées sur l'argumentation, dans une perspective développementale, il y en a très peu qui se réfèrent à l'argumentation chez le jeune enfant. Dans la plupart de ces travaux, lorsque les enfants d'âge préscolaire sont intégrés, ils surgissent comme présentant une argumentation rudimentaire et /ou leurs conduites sont classifiées comme pré-*

---

\* Texto resultante da Tese de Doutorado, com o título “Aspectos Argumentativos e Polifônicos da Criança em Idade Escolar”, apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, no dia 12 de março de 1996, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo R. J. Guimarães. Este texto é parte de um artigo intitulado “A argumentação infantil na perspectiva da ADL”, que será publicado na revista *Signo y Señal*, editada em Buenos Aires.

argumentatives. De cette façon, on retrouve un “reflet” des stades piagétien, où l’enfant pré-opératoire (et préscolaire) est un enfant “pré-argumentatif “. Dans une étude qui s’inspire d’un cadre théorique plus proprement linguistique, une analyse d’échanges linguistiques - enfants/adultes et enfant/enfant - a été entreprise. Plus précisément, nous avons essayé d’analyser des séquences discursives qui surgissent de façon spontanée, dans une classe d’enfants de langue portugaise (brésilien) dont l’âge moyen est 5 ans. D’après cette étude, il nous semble valable d’affirmer que l’argumentation existe à cet âge, d’une façon assez élaborée; ce fait est corroboré, à la fois, par la présence et l’emploi adéquat d’un grand nombre de marques linguistiques - opérateurs et connecteurs argumentatifs- et par la convocation de certains principes - les topoï- valables pour une certaine communauté culturelle; de tels principes permettent le passage d’un argument à une conclusion (cf. “warrant” de Toulmin). Un certain nombre de questions peuvent être soulevées à partir de ces analyses: quelle est la conception de langue/langage sous-jacente à ces différentes études? Quel genre de “savoir-faire” est mis-en-oeuvre chez l’enfant dans les situations dites naturelles et dans les recherches expérimentales?

## INTRODUÇÃO

A argumentação infantil tem sido objeto de estudo de pesquisadores que trabalham em diversas áreas da Psicologia -Psicologia Genética, Psicologia Evolutiva, Psicolinguística - e procuram, frequentemente, privilegiar um enfoque “desenvolvimentista”. As inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos, se fundamentam em diferentes quadros teóricos e são empreendidas através de procedimentos metodológicos variados. Uma característica comum à grande parte desses trabalhos consiste em afirmar que a argumentação surge tardiamente, ou seja, que o discurso argumentativo relativamente bem elaborado aparece somente após os 10 anos, e mais claramente, no decorrer da adolescência.

De outro lado, a perspectiva semântica da teoria da argumentação na / dentro da língua - a ADL - ao afirmar que a argumentação está na língua, nos leva a formular a hipótese da existência de um discurso argumentativo já em idades precoces. Foi, aliás, a partir da contribuição de trabalhos realizados pelos linguistas que elaboram essa teoria semântica que procuramos empreender este estudo.

Neste breve trabalho, vamos, em primeiro momento, apresentar e discutir alguns pontos das pesquisas realizadas pelos psicólogos em uma perspectiva desenvolvimentista (1); em seguida, vamos proceder a uma análise de enunciados produzidos por crianças de 5 anos valendo-nos de alguns aspectos da teoria da ADL (2) na parte final, efetuaremos uma pequena síntese que nos permitirá refletir sobre algumas questões de ordem geral (3).

## 1. PESQUISAS EM PSICOLOGIA: ABORDAGEM “DESENVOLVIMENTISTA”

As pesquisas realizadas pelos psicólogos aderem a diferentes concepções de argumentação que nem sempre são claramente explicitadas. Embora a definição mais freqüentemente adotada seja a que relaciona a argumentação a uma atividade de tipo lógico - argumentar consiste em apresentar provas que apoiam uma certa conclusão - verifica-se também o emprego de uma definição mais ampla na qual argumentar seria “l'utilisation du langage comme moyen de modifier les croyances et/ou le comportement d'un ou de plusieurs auditeurs” (Caron, 1987:162).

A afirmação a respeito do caráter tardio do aparecimento de uma argumentação relativamente elaborada explica-se facilmente quando os pesquisadores adotam uma concepção lógica da argumentação. De fato, se o pensamento lógico ou lógico-matemático - nos termos definidos por Piaget, por exemplo - encontra seu “acabamento” na adolescência, seria somente nesse período que existiria uma plena atividade argumentativa. Entretanto, outras pesquisas que aderem a uma concepção mais ampla de argumentação apresentam resultados semelhantes. Nesse sentido, é importante salientar características de duas correntes de estudo bem conhecidas e que apresentam a grande vantagem de se fundamentarem em teorias da argumentação claramente elaboradas.

A primeira, representada por um grupo de psicólogos da linguagem, concebe o discurso argumentativo como a construção de uma esquematização, definida como “l'élaboration par le moyen d'une langue, d'un micro univers que A présente à B dans l'intention d'obtenir un certain effet sur lui” (Grize, 1982/1976: 188). Mais precisamente, um locutor teria a finalidade de intervir na representação de seu interlocutor a respeito de um determinado objeto. A argumentação é, portanto, considerada como uma conduta lingüística típica que coloca em jogo um certo número de operações como, por exemplo, as de sustentação (=étayage), de construção e de interpretação do referente, etc. Situações experimentais variadas foram construídas para estudar tais operações, seja no discurso oral, seja nos textos escritos (Coirier et al., 1990). No conjunto desses trabalhos, nota-se raramente a integração de crianças de idade pré-escolar e, quando elas aparecem, suas condutas são classificadas como pré-argumentativas ou como manifestando indícios de uma argumentação “rudimentar” (Golder, 1993).

Uma segunda corrente de pesquisas experimentais é representada por psicolingüistas que inspiram-se no quadro da ADL, notadamente nos estudos a respeito de operadores e conectores argumentativos da língua francesa, alguns dos quais apresentados e discutidos no clássico *L'argumentation dans la langue* (Anscombe & Ducrot, 1983). Os trabalhos empreendidos nessa linha, abordam a compreensão de morfemas argumentativos por sujeitos de diferentes idades. Tais estudos, principalmente os que dizem respeito aos concessivos mais, *pourtant*, *bien que*, *même si*, *quand même*, indicam que é apenas por volta dos 10 anos que a quase totalidade de sujeitos compreendem, por exemplo, o valor argumentativo de conectores como *bien que*, *pourtant*, *même si* e *mais*, idade em que as respostas corretas vão de 80% a 95% (Bassano, 1991; Champaud & Bassano, 1994). Entretanto, esses mesmos pesquisadores

assinalam que essas marcas surgem na linguagem espontânea de jovens crianças, fato que é corroborado por estudos similares (Kail & Weissenborn, 1991).

Em resumo, nota-se que, ao empreenderem pesquisas experimentais, tanto os psicólogos da linguagem como os psicolinguístas apresentam resultados, de certa forma, concordantes: o aparecimento dessa conduta linguística típica que constitui o discurso argumentativo é tardio, e as jovens crianças apresentam inúmeras dificuldades na compreensão de morfemas que desempenham um papel importante na argumentação.

Não é difícil de se explicar essa concordância de resultados. As operações linguísticas às quais se referem os psicólogos da linguagem são consideradas como um sub-conjunto de operações psicológicas mais amplas e, por isso mesmo, submetidas a restrições de ordem cognitiva. Isto nota-se em afirmações do tipo “... l’emploi de marques de négociation est subordonné aux capacités cognitives des sujets (décentration, relativisation de sa propre croyance...)”(Golder, 1992:8). No que diz respeito às pesquisas dos psicolinguístas, duas afirmações importantes devem ser apontadas: a primeira explicita o caráter lógico-cognitivo dessas pesquisas e assinala que as hipóteses levantadas “focus on cognitive aspects, specifically on the role of inferential meaning component, in the development of processing adversative connectives” (Kail & Weissenborn, 1984:146); a segunda afirmação enfatiza um aspecto de ordem metodológica, ao observar que as situações experimentais “sollicitent des activités métalinguistiques dont on sait qu’elles impliquent des opérations psycholinguistiques d’une nature vraisemblablement autre que les décisions que l’enfant prend dans ses conduites langagières habituelles” (Bassano, Champaud & Kail, 1988:21). Através de comentários desse tipo, evidencia-se que esses dois grupos de pesquisa acabam por estudar e apreender operações linguísticas ou psicolinguísticas que estão submetidas a aspectos relativos ao raciocínio e que podem ser denominados, de forma ampla, lógico-cognitivos.

Ora, acreditamos que, como bem assinalou Ducrot, “raisonnement et argumentation relèvent de deux ordres tout à fait différents, l’ordre de ce qu’on appelle habituellement logique et l’ordre de ce que j’appellerai discours” (1980/1973:10). Afirmar que as questões discursivas são de outra ordem que as relativas ao raciocínio significa tratar o linguístico-discursivo na sua especificidade e afirmar a irredutibilidade do linguístico ao lógico. Como nosso interesse é o estudo de questões linguístico-discursivas, a démarche adotada tem características próprias como definiremos a seguir.

## **2. ASPECTOS ARGUMENTATIVOS DOS ENUNCIADOS INFANTIS**

### **2.1. Algumas diretrizes teórico-metodológicas**

O aspecto mais original da abordagem semântica da ADL, em todo caso em sua versão mais recente, consiste em considerar a argumentação como um elemento fundamental da língua e colocar o que é da ordem do “descritivo-informativo” como derivado da argumentação. Dessa maneira inverte-se a posição habitualmente adotada pelos linguístas que tratam a argumentação como um elemento pós-linguístico, derivado

de um valor fundamentalmente “informativo” que se relaciona a maior parte das vezes a uma semântica vericondicional (Anscombe, 1985,1991,1994a: Ducrot, 1987, 1990 ).

Assumindo uma perspectiva estruturalista, que implica “...un refus de caractériser la langue par des entités étrangères à la langue...” (Ducrot, 1993a:234), a ADL descreve semanticamente as frases por suas possibilidades de encadeamentos com outras frases e, mais precisamente, por seus encadeamentos argumentativos. Como definir tais encadeamentos?

Ducrot define como “argumentativa” uma seqüência de dois enunciados A - C, em que A, um “argumento”, é apresentado por um locutor como uma razão para C, que seria a “conclusão”. Em outras palavras, a teoria da ADL procura descrever “... les discours argumentatifs - et particulièrement les enchaînements de deux segments A et C dont l'un est présenté comme argument justifiant l'autre donné comme conclusion” (Ducrot, 1989:1). Essa definição engloba não apenas os casos em que A tem, declaradamente, a função de fazer admitir C, mas também quando A indica o caráter admissível, verossímil, legítimo de C ou então uma relação “causal” com C. Falar em orientação de uma frase no quadro da ADL é indicar o tipo de conclusões às quais podem ser encadeados seus enunciados em um discurso (Ducrot, 1993a: 236 et ss)<sup>1</sup>.

Para realizar um estudo com o fim de apreender a argumentação tal como foi acima definida, ou seja estudar os encadeamentos entre enunciados constituímos um corpus, partindo da observação de uma classe de crianças brasileiras, portanto de língua portuguesa, cuja idade média é de 5 (cinco) anos. Após a gravação em video de situações envolvendo ora apenas crianças, ora crianças e adultos (assinalados por Δ), foram transcritos, detalhadamente, vários “episódios”, termo esse entendido como uma seqüência que encerra uma certa “unidade temática” (van Dijk, 1992/1982); dentro desses episódios, enfocamos trechos nos quais surgem encadeamentos que são analisados à luz de certos pontos da ADL. Procurou-se, portanto, privilegiar a produção discursiva em situações naturais, por nos parecer que desta maneira teríamos meios para melhor apreender e estudar as possibilidades argumentativas das jovens crianças.

Nas análises, procuramos focalizar as relações argumentativas argumento-conclusão, bem como detectar os topoi envolvidos nessas relações (cf. 2.2) <sup>2</sup>.

Neste trabalho, as análises estão divididas em itens - sete ao todo. Como veremos, uma mesma seqüência ou encadeamento é, às vezes, objeto de mais de uma análise, dependendo do aspecto que está sendo tratado de maneira prioritária.

Uma última observação se faz necessária: embora a teoria da ADL seja elaborada enquanto um “struturalisme du discours idéal” (Anscombe, 1980:63; Ducrot, 1984/1978:77; 1980/1973:11), parece-nos legítimo e frutuoso lançarmos mão das descrições semânticas fornecidas pela ADL para melhor compreender o “discurso efetivo”<sup>3</sup>. Alguns estudos interessantes foram realizados, nesse sentido, sobre textos escritos (Ducrot, 1989; 1993b).

---

<sup>1</sup> A distinção entre frase e enunciado, pode ser encontradas em Ducrot, 1990.

<sup>2</sup> Em nossa tese, analisamos também o funcionamento do conector *mas*; foi esboçada uma análise polifônica dos enunciados em que esse conector aparece.

<sup>3</sup> Como salienta Ducrot, “une linguistique de la langue est impossible si elle n'est pas aussi une A linguistique de la parole” Ducrot, 1984 / 1978:67).

## 2.2 Análises de enunciados: as relações argumentativas e os topoï

Nossa proposta é a de estudar a argumentação concebida como uma relação entre dois enunciados (ou pares de enunciados) estabelecida por um locutor L, na qual o primeiro desses enunciados é apresentado como argumento justificando o outro, o justificado - a conclusão.

É importante assinalar que:

- uma conclusão não surge sempre com um argumento pois um enunciado pode ser a conclusão de uma série de argumentos e reciprocamente um enunciado pode ser um argumento que leva a mais de uma conclusão.

- o enunciado-conclusão precede, às vezes, um ou mais argumentos.

- uma conclusão pode se tornar um argumento para uma nova conclusão dando assim lugar à formação de cadeias argumentativas. (Kalokerinos, 1993; Moeschler & Spengler, 1983).

Além disso, é importante lembrar que há argumentação mesmo quando um dos elementos A-C está materialmente ausente, permanecendo apenas virtual ou implícito. Nesse caso, pode-se reconstituir o elemento ausente ou mais precisamente, os conteúdos semânticos expressos pelos enunciados (Ducrot, 1982).

Em relação aos topoï, procuramos nos basear em alguns trabalhos recentes da ADL, enfatizando os topoï intrínsecos e as Formas Tópicas, ou seja, a dimensão gradual dos topoï (Anscomb, 1994a, 1995c; Bruxelles & Raccach, 1992; Bruxelles et al., 1995; Ducrot, 1987, 1995a/1988, 1989, 1990).

A respeito dos topoï intrínsecos, tomaremos certas unidades lexicais que surgem nos enunciados, tentando detectar qual é o “pacote” ou “feixe” de topoï que constitui o significado mesmo dessas palavras. Retomando um exemplo freqüente, examinemos o significado da palavra trabalho.

Trabalho: <ESFORÇO, CANSAÇO>

Trata-se, pois, de uma tentativa de se determinar quais palavras estão “por detrás” de uma unidade lexical, retomando uma afirmação cara aos teóricos da ADL. É interessante ressaltar que o aspecto valorativo, axiológico, está, com freqüência, presente nessas unidades (Anscomb, 1995a); por exemplo, a distinção entre os adjetivos generoso/perdulário deve-se ao aspecto valorativo relacionado aos mesmos (Ducrot, 1990):

Generoso <MAIS GASTAR, bom>

Perdulário <MAIS GASTAR, mal>

Nas nossas análises teremos que tentar distinguir os topoï intrínsecos, ou seja, aqueles que fundam a significação de unidades lexicais, dos extrínsecos e, sempre que possível, quais cadeias argumentativas se constroem no encadeamento entre enunciados.

Em relação às Formas Tópicas, vamos ressaltar o aspecto gradual dos topoï e, em alguns casos, examinar em um exemplo (cf.7) o papel do operador um pouco, bastante estudado no quadro dessa teoria.

(1)

Mic: 1a: Cê vai ver! (C)

1b: Deixa minha mãe deixar eu trazer meu revólver de espuleta (A), eu não vou deixar você brincar (C).

Se analisarmos, inicialmente, 1b, consideramos que “...eu não vou deixar você brincar” é uma conclusão relacionada ao argumento “Deixa minha mãe deixar eu trazer meu revólver de espuleta”. A notar também que “deixa minha mãe deixar...” pode ser parafraseado por “se minha mãe deixar”, o que dá a esse encadeamento uma forma de tipo se/então; é interessante lembrar que encontra-se, já em um dos primeiros trabalhos da ADL, uma descrição de “si x, alors y”, na qual x é considerado como argumento para y, a conclusão, (Ducrot, 1980/1973).

Retomando o enunciado analisado (1.b), teríamos:

“deixa(=se) minha mãe deixar...(então), eu não vou deixar você brincar” O topos convocado aqui é: “Possuir bens/brinquedos dá a possibilidade de partilhá-los”, que aparece sob uma FT discordante:

<+P, -Q >

“mais possuir brinquedos , menos partilhar”

Pode-se reconstituir uma cadeia de topoï da seguinte maneira: “mais possuir brinquedos, mais possibilidades de partilhar”, “mais amigo/bom companheiro, mais partilhar”, “menos amigo, menos partilhar”, “menos partilhar, menos (o companheiro) brinca”.

Uma expressão interessante aparece em (1a): “cê vai ver!”, que consideramos uma conclusão relacionada a um argumento implícito: “já que você não me deixa brincar” (retomada de um enunciado precedente de outro locutor). É possível parafrasearmos a expressão “cê vai ver” por “você vai ter problemas” ou “vou me vingar” que anuncia assim as conseqüências nefastas explicitadas a seguir em (1b).

(2)

2.1 Fer: sabe, meu pai disse... ele vende um montão de sorvete!

2.2 Fer: Eu vou trazer pra vocês (C).

2.3 É só vocês ficar de bem de mim (A) que eu trago sorvete (C).

Nessa seqüência, observamos duas relações argumentativas: a primeira se estabelece entre a conclusão (2.2) “eu vou trazer (sorvete) pra vocês” e o argumento (2.1) “meu pai disse... ele vende um montão de sorvete”; na segunda (2.3), o locutor reitera a conclusão precedente “eu trago sorvete”, mas esta surge relacionada a outro argumento: “É só vocês ficar de bem de mim...”. Há, portanto, para conclusões semelhantes - “eu vou trazer (sorvete) pra vocês / eu trago sorvete”- dois argumentos, a saber:

(2.1) “Meu pai disse... ele vende um montão de sorvete”;

(2.3) “É só vocês ficar de bem de mim”.

É interessante observar-se a forma quase-condicional deste último enunciado que pode ser parafraseado por “se vocês ficarem de bem comigo, então...”. Trata-se de um movimento argumentativo comparável ao analisado em 1.

Na RA estabelecida por Fer envolvendo os enunciados (2.1) e (2.3) temos um topos que pode ser explicitado da seguinte maneira: “ possuir ‘bens’ / ter um pai que possui ‘bens’ dá a possibilidade de distribuir / partilhá-los”. A FT concordante é

<+P,+Q>: “Mais possuir bens, mais possibilidade de distribuí-los”. É interessante nos determos um momento em “vender”, analisando os topoï intrínsecos desse predicado:

Vender <POSSUIR BENS, DISPOR/ NEGOCIAR, bom>

Distingue-se uma cadeia de topoï, a saber: “mais possuir bens, mais possibilidades de dispor dos mesmos”, “mais dispor, mais possibilidades de dar/distribuir”; o primeiro elo é intrínseco a “vender” e o topos final é extrínseco. Outro aspecto a ser notado é que o locutor não afirma simplesmente “meu pai vende sorvete, mas sim “meu pai disse... ele vende um montão de sorvete”, introduzindo assim uma dimensão quantitativa no predicado “vender”. Nesse caso, a expressão “um montão...” pode ser considerada um modificador realizante (MR) do predicado “vender”<sup>4</sup> (cf. 7).

Quanto ao segundo topos que permite estabelecer a RA que surge em (2.3), este pode ser assim enunciado: “com os bons amigos (e apenas com eles) os ‘bens’ são partilhados”; aliás, a forma quase-condicional “é só vocês ficar de bem de mim...” introduz explicitamente a condição “ficar de bem /ser amigo” para se partilhar algo. A FT é concordante: <+P, +Q > “Mais amigo, mais partilhar”.

(3)

3.1 Nil ( Δ). A pena? Prá que o índio usa ....o cocar. Isso aqui, oh, chama cocar.

3.2 Fer: porque senão ninguém vai pensar que ele é índio. (C)

Partindo do segmento “ninguém vai pensar que ele é índio” que analisamos como conclusivo, trata-se de procurar o argumento ao qual se atrela essa conclusão. Para tanto, temos que levar em conta o conector “senão” que traz uma marca condicional<sup>5</sup> e que pode ser considerado como uma negação de *se/então*. Tomemos como exemplo os enunciados corriqueiros:

(a) Se o tempo estiver bom então vou viajar.

(b) Senão (se não estiver bom), ficarei em casa.

No caso que analisamos, temos pois uma condicional afirmativa do tipo:

(a) Se ele usa um cocar e/ou penas, então ele é índio (ou se pensa que é índio)e sua correlativa negativa:

(b) Senão (ou seja, se ele não usar cocar e/ou penas) ele não é índio (ou ninguém vai pensar que ele é índio).

Isso nos permite dizer que o argumento para a conclusão “ninguém vai pensar que ele é índio”, está implicitamente presente no *senão*, que condensa o enunciado “se não usar penas / cocar”.

É interessante examinarmos, nesse caso, os topoï intrínsecos de “índio”. Parece-nos válido afirmar que em “índio”, ou por detrás de “índio”, há “pena” / “cocar”, de tal forma que, comparando os dois enunciados abaixo:

(a) é índio mas não usa pena/cocar

?(b) é índio mas usa pena/cocar

---

<sup>4</sup> A respeito dos *modificadores desrealizantes* (MD) e *modificadores realizantes*, consultar Ducrot, 1995b.

<sup>5</sup> Quando descreve “*se p, q*”, Ducrot assinala que ao enunciar uma frase condicional, o locutor realiza um *ato de suposição*: pede que o interlocutor imagine *p* e afirma, nesse quadro, *q* (Ducrot, 1977/1975:178 e ss).



diríamos que (a) é mais natural que (b), ao menos quando considerado fora de contexto.

Este exemplo é particularmente interessante pois a ele parecem se aplicar bem certas considerações a respeito da relação existente entre a teoria dos *topoi* e a teoria dos estereótipos lingüísticos (Kleiber, 1989). Resumidamente, essa teoria considera que o sentido das palavras é constituído por um conjunto aberto de enunciados, e mais especificamente de enunciados “genéricos”, ou seja, o estereótipo dessa palavra; por exemplo, “os castores constroem barragens” (ibid) é um enunciado genérico que faz parte do estereótipo de “castor” da mesma maneira que “os pássaros voam” é um enunciado genérico que faz parte do estereótipo de “pássaros”. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que “Os índios usam penas / cocar” é um enunciado genérico que faz parte do estereótipo de “índio”<sup>6</sup>.

Voltando à nossa análise, o locutor Fer, ao afirmar (3.2) “porque senão ninguém vai pensar que ele é índio” (em resposta à pergunta (3.1) “pra que o índio usa pena/cocar?”), convoca um *topos* que nada mais é do que a explicitação de um *topos* intrínseco a “índio”. A notar também que o caráter genérico acima mencionado se encontra explicitado no próprio enunciado de Fer “senão ninguém vai pensar...”.

(4)

4.1 Pal (se dirige a Fer) Por que? Por que você não guardou lugar lá pra mim (C)

4.2 Fer: cê num pediu pra eu guardá ....(A)

Como se estabelecem as relações discursivas nesta seqüência? Existe uma primeira RA na qual o enunciado-conclusão (C), sob forma de “pedido de justificativa” do locutor Pal, se relaciona a um argumento implícito “você poderia / deveria ter guardado lugar pra mim”. O enunciado - argumento de Fer, em (4.2): “cê num pediu pra eu guardá”, se orienta para a conclusão implícita “(então/por isso) eu não guardei lugar pra você; outra forma de parafrasear seria: “eu não guardei lugar, porque você não pediu pra eu guardar”.

Analisando a relação que se estabelece no enunciado (4.2), consideramos que o *topos* que permite a passagem do argumento “cê num pediu pra eu guardá ....” à conclusão implícita “por isso eu não guardei”, é formado por uma dupla do tipo: “pedir, solicitar favor / receber, conceder favor”. Aqui ele é convocado sob uma FT concordante: <-P,-Q> “Menos pedir, menos (possibilidades de) receber”. Pensamos que existe aí um *topos* intrínseco, pois a dupla pedir/receber é do mesmo tipo que procurar / achar; de fato, da mesma maneira que por detrás de procurar existe achar, por detrás de pedir, há receber, ou seja, pedir é algo direcionado a receber, da mesma forma que procurar é direcionado a achar<sup>7</sup>. Se “quem procura, acha”, “quem pede, recebe (ou tem chances de receber)”.

---

<sup>6</sup> Em estudo sobre os provérbios, Anscombe (1994) assinala a afinidade destes com a teoria dos *topoi*; de fato, considerando-se que os provérbios e formas sentenciosas são um tipo de enunciados genéricos, a teoria dos *topoi* está entrelaçada à dos estereótipos via enunciados genéricos. Nesse sentido, dizer que por detrás das palavras há um feixe de *topoi*, significa dizer que “sob as palavras” há feixes de enunciados genéricos (Anscombe, 1995a, 1995c).

<sup>7</sup> Ao abordar essa questão, Anscombe examina algumas possibilidades de explicação de fenômeno desse tipo e propõe a seguinte hipótese sobre *procurar/achar*: “pour nous le lien entre les deux notions est à

(5)

5.1 Ren: (...) Meu coração parou de... parou de batê (A)...por isso que eu morri (C)

5.2 Pal: você morreu (A) e daí? Ah, ah, ah.

Interessa-nos aqui o encadeamento (5.2) e, mais particularmente, a cadeia argumentativa que se estabelece nessa seqüência; de fato, a conclusão de Ren, em (5.1): “eu morri”, é retomada por Pal que o torna um argumento “você morreu”, encadeado à expressão “e daí?” que é um pedido de justificativa, ou de explicitação de uma conclusão, ou do topos visado pelo locutor Ren, uma forma de dizer “onde você quer chegar com isso?”. O “ah, ah, ah” (risos) pode ser considerado uma conclusão, uma forma do locutor Pal responder à própria pergunta, sugerindo que “eu morri” é uma asserção, no mínimo, insólita, “e daí” não se chega a parte alguma.

(6)

6.1 Raq: Uma vez eu comi chicletes na hora de vir pra escola, não é, Joana?

6.2 Fer: ai! ...Chiclete (A) ... estraga os dentes (C).

O enunciado de Raq, (6.1) “Uma vez eu comi chicletes na hora de vir pra escola...”, asserção seguida de um pedido de confirmação a uma colega “...não é, Joana?”, constitui o primeiro de um episódio bastante longo. Nesse enunciado de Raq há, sem dúvida, um aspecto valorativo no sentido de “comer chicletes é bom, agradável” ou um caráter de algo “proibido” ligado à transgressão de uma norma “na escola, não se come chiclete”. Interessa-nos, sobretudo, analisar a maneira como é retomado pelo locutor Fer (6.2). Kalokerinos (1993) assinala que toda asserção é um argumento em potencial e, neste caso, esse segmento (6.1) se torna efetivamente um argumento ao ser retomado, de forma abreviada, por Fer “ai!...chiclete...”, no qual a interjeição “ai” já anuncia algo “desfavorável” ou ruim. De fato, esse enunciado-argumento se encadeia com o enunciado-conclusão “estraga os dentes”. Temos, portanto, uma relação RA que se estabelece entre a conclusão -enunciado justificado- “estraga os dentes”, e o argumento -enunciado justificando- “comer chiclete”.

O topos convocado é “Comer doce é um fator para / contribui para o mal estado dos dentes”. Em (6.2), a FT é do tipo concordante <+P,+Q>, ou seja, “Mais comer doces, pior é para os dentes”. O interessante dessa seqüência é que a FT convocada pelo locutor Fer avalia de maneira “desfavorável” o “comer chicletes”, enquanto que o locutor Raq insinua o caráter “agradável/ favorável” do “comer chiclete”. Em resumo teríamos: “comer chiclete, bom” versus “comer chiclete, mal”.

(7)

(7.1) (Δ) Beth: é... açúcar não faz bem, não, pr'os dentes

(7.2) (Δ) Beth: Não pode é chupar demais, bala, nem chiclete. Muito açúcar faz mal

(7.3) Jo: eu, como pouco doce (olha para Beth e continua a desenhar)

(7.4a) Jo: Eu só como ... um doce.

(7.4b) Eu como todo dia, só que eu, eu como pouco. (continua a desenhar)

Esse trecho que pertence ao mesmo episódio em que surge a seqüência analisada no item 6 e, constitui um bom exemplo de explicitação do caráter gradual dos topoi. De

---

comprende en termes d'**attitude**, de **disposition**. Dire de quelqu'un qu'il cherche, c'est voir son activité comme une attitude en faveur de trouver. C'est lui attribuer l'attitude de quelqu'un qui désire trouver, le créditer d'une disposition à trouver" (1995a:130).

fato, o adulto convoca em (7.1) um topos que pode ser explicitado por: “Consumir doces/açúcar é ruim para os dentes”. O aspecto gradual desse topos é explicitado, em (7.2): “Não pode é chupar demais bala, nem chiclete; muito açúcar faz mal”.

O enunciado de Jo que segue, (7.3) “eu como pouco doce”, assume o mesmo topos mas utiliza a FT inversa:

<-P,-Q> “Menos açúcar, menos mal”.

O mesmo ocorre com os enunciados produzidos a seguir pelo mesmo locutor,

(7.4a): “eu só como um doce” ;

(7.4b): “..... eu como pouco” .

É interessante lembrar que os operadores pouco e um pouco foram objeto de vários estudos no quadro da ADL. Em trabalhos recentes enfatiza-se que esses morfemas restringem a aplicação de FT. Segundo as regras sobre as restrições impostas por pouco/um pouco (Ducrot, 1995a/ 1988)<sup>8</sup>, e considerando-se que “eu como pouco doce” é um argumento, seria possível a aplicação tanto de uma FT <-P,-Q> como de uma FT <-P,+Q>.

“Eu como pouco doce (A). É pouco ruim para os dentes”

“Eu como pouco doce (A). É um pouco ruim para os dentes”

Embora a aplicação dessas duas FT seja plausível, parece-nos que ao afirmar “eu como pouco doce” o locutor Jo busca um acordo com o adulto e nesse sentido a FT <-P,-Q> seria mais apropriada. Em outras palavras, seu argumento parece visar uma conclusão do tipo “É pouco ruim para os dentes” .

Outra observação a ser efetuada diz respeito à força<sup>9</sup> de aplicação das FT, pois esses operadores impõem restrições não apenas às FT mas também diretamente sobre a força com a qual as FT são aplicadas; Ducrot (ibid) assinala que, utilizado como argumento, o sintagma um pouco P convoca fracamente a FT “+P,...” enquanto que pouco P convoca fortemente a FT “-P, ...”. É portanto bastante importante notar que o locutor não emprega o operador “um pouco”, mas sim “pouco”, convocando, dessa maneira, fortemente a FT “-P...”.

Resta ainda analisar uma questão referente ao predicado “comer”. Como já assinalado, a significação das palavras é constituída por topoï, o que nos permite, por conseguinte, afirmar que as palavras têm diferentes graus de aplicabilidade, ou seja, a sua significação comporta em si mesma uma gradualidade. Por isso, tem-se tentado discutir e revelar a gradualidade intrínseca existente em predicados da língua (verbos, adjetivos), e isso a partir do estudo de alguns modificadores - advérbios, por exemplo - de tais predicados. Os modificadores que têm merecido uma maior atenção são aqueles cuja presença diminui ou aumenta a aplicabilidade de um predicado, ou seja, a força

---

<sup>8</sup> Ducrot salienta que “un énoncé appliquant à un objet x un prédicat P modifié par *un peu* exige, s’il est argument, qu’on applique une FT du type “+P,...” et s’il est conclusion, une FT du type “...,+P”. Au contraire, si P est modifié par *peu*, la FT doit être, selon que *peu* figure dans l’argument ou dans la conclusion, du type “-P,...” ou du type “..., -P”. (Ducrot, 1995a/1988:93).

<sup>9</sup> A questão de força argumentativa é um aspecto importante da ADL . Dizer que certos *topoï* e FT podem ser aplicados com mais ou menos força significa que certos encadeamentos discursivos são mais ou menos necessários que outros.

com a qual se aplicam os topoi que constituem a significação dos predicados. São denominados realizantes (MR) e desrealizantes (MD), os modificadores que, respectivamente, aumentam ou diminuem essa força; entre esses últimos, distinguem-se os atenuadores e os inversores de força argumentativa (Ducrot, 1995b).

Se aplicarmos, então, aos enunciados que estamos analisando o que acaba de ser exposto, diríamos que pouco é um MD inversor da força argumentativa do predicado “comer”. Mais precisamente, “comer” estaria intrinsecamente orientado a bastante, muito (“Maria come!= Maria come bastante) e o pouco inverte essa orientação. De fato, na análise desses morfemas, pouco é considerado um MD inversor (enquanto que um pouco é um MD atenuador) do predicado que ele modifica.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, verificou-se, a respeito das relações argumento-conclusão, que estas podem ser estabelecidas pelo locutor L sob diferentes formas. De fato, há uma grande variedade de enunciados tanto do ponto de vista sintático, como no que diz respeito à maneira de se produzirem tais relações entre argumentos. Às vezes, esses dois elementos aparecem sintagmatizados e de maneira explícita: é o caso da maior parte de enunciados produzidos por um só locutor (cf. 1). Em outros encadeamentos, nota-se, com certa frequência, que um dos elementos -argumento ou conclusão- permanece implícito (cf. 4). Em outros momentos essa relação surge de maneira sintetizada como, por exemplo, nos enunciados introduzidos por “senão”: “senão ninguém vai pensar que ele é índio” (cf. 3) . Há também retomadas interessantes em que uma conclusão de um locutor se transforma em argumento para uma nova conclusão; é o caso da conclusão do locutor Ren “por isso que eu morri” que é retomada como argumento por Pal, “você morreu .. e daí?” (cf. 5), dando assim lugar à formação de cadeias argumentativas (outro exemplo em 6).

É interessante também lembrarmos os conectores -fora os concessivos, que não foram analisados nesse trabalho - que surgem para estabelecer as relações argumentativas. Além do senão, já assinalado, aparecem porque (3), por isso (5). A notar também a forma que chamamos de quase-condicional como por exemplo: “é só vocês ficar de bem de mim que eu trago sorvete” (2).

Em relação aos topoi e as formas tópicas, devem ser ressaltados alguns pontos:

- foi possível detectar alguns topoi intrínsecos que intervêm nos encadeamentos; particularmente interessantes são os exemplos do item 3 (índio), e sobretudo daqueles em que surgem duplas de predicados como -pedir/receber em (4).

- em relação aos topoi extrínsecos, é importante salientarmos o caráter “normativo” de muitos princípios sobre os quais se apóiam as relações argumentativas como, por exemplo, “doce acarretam o mal estado dos dentes” (6,7).

- verificou-se também que os topoi aparecerem sob diferentes formas tópicas (FT).

As análises empreendidas, ainda que fragmentárias e parciais, nos parecem suficientemente claras para afirmarmos que há uma argumentação bem elaborada em crianças da faixa etária examinada. A teoria da ADL permitiu não apenas levantar tal

suposição como também forneceu elementos para evidenciar a maneira pela qual essa argumentação aparece.

Para terminar, cabe se perguntar por que as análises empreendidas nos levam a resultados diferentes daqueles que foram apresentados no início deste texto (cf. 1). Uma resposta ampla e geral é a de que, adotando o quadro teórico da ADL partimos de outros pressupostos e, por isso mesmo, encaminhamos o estudo de maneira “metodologicamente” discursivas, e não cognitivas ou de qualquer outra natureza extralingüística<sup>10</sup>. Sem dúvida, o *savoir-faire* implicado na produção do discurso é de outra natureza que aquele exigido na solução de tarefas propostas em situações experimentais pelos psicólogos.

Esse breve estudo, além de comprovar as possibilidades argumentativas do discurso das jovens crianças, contribuiu também para assinalar o interesse em se explorar aspectos da ADL na análise do discurso efetivo.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBRE, J.C. (1980) Voulez-vous dériver avec moi? **Communications**, 32, 61-124.
- \_\_\_\_\_. (1985) Grammaire traditionnelle et grammaire argumentative de la concession, **Revue Internationale de Philosophie**, 155 (4), 333-350.
- \_\_\_\_\_. (1991) Dynamique du sens et scalarité. In A. Lempereur (ed) *L'argumentation*, Bruxelles: Mardaga, 123-146.
- \_\_\_\_\_. (1994a) La théorie des topoi: sémantique ou rhétorique?, **Hermès** (no prelo).
- \_\_\_\_\_. (1994b) Proverbes et formes proverbiales: valeur évidentielle et argumentative, **Langue Française**, 102, 95-107.
- \_\_\_\_\_. (1995a) Topique or not topique: Formes topiques intrinsèques et formes topiques extrinsèques, **Journal of Pragmatics**, 24 (1/2), 115-141.
- \_\_\_\_\_. (1995b) De l'argumentation dans la langue à la théorie des topoi . In J.C. Anscombe (ed) **Théorie des topoi**, Paris: Editions Kimé, 11-47.
- \_\_\_\_\_. (1995c) La nature des topoi. In J.-CL. Anscombe (ed) **Théorie des topoi**, Paris: Editions Kimé, 49-84.
- ANSCOMBRE, J. Cl. & DUCROT, O. (1983) **L'argumentation dans la langue**, Bruxelles: Mardaga.
- BASSANO, D. (1991) Opérateurs et connecteurs argumentatifs: une approche psycholinguistique, **Intellectica**, 11(1), 149-191.
- BASSANO, D., CHAMPAUD, Ch. & KAIL, M. (1988) Présuppositions et fonctions argumentatives dans le traitement des connecteurs, 1-22. (pré-print de artigo publicado na revista polonesa **Przegląd Psychologiczny**, 31 (1), 17-39)
- BRUXELLES, S. & RACCAH, P.Y. (1992) Argumentation et sémantique: Le parti-pris du lexique in Walter De Mulder, Franc Schuerewegen and Liliana Tasmovski (eds) **Enonciation et Parti-Pris**, 59-73. Amsterdam: Rodopi.
- BRUXELLES, S., DUCROT, O. & RACCAH, P.-Y. (1995) Argumentation and the lexical topical fields, **Journal of Pragmatics**, 24, 99-114.

---

<sup>10</sup> Um dos trabalhos que nos inspirou no encaminhamento de certas questões foi o relatório de Champaud (1993) que assinala a necessidade de se realizar estudos que tratem de *seqüências* discursivas em situações naturais.

- CARON, J. (1987) Pour une approche psycholinguistique de l'argumentation. In G. Piérait-Le Bonniec(ed.) **Connaître et le dire**, Bruxelles: Mardaga.
- CHAMPAUD, Ch. (1993) Rapport sur l'Argumentation (avec une bibliographie) présenté à la Société Française de Psychologie, Poitiers, 13 - 15 Mai 1993 (atelier de conjoncture "**Raisonnements**").
- CHAMPAUD & Ch., BASSANO, D. (1994) French concessive connectives and argumentation: an experimental study in eight to ten-year-old children, **Journal of Child Language**, 21(2), 415-438.
- COIRIER, P., COQUIN-VIENNOT, D., GOLDER, C. & PASSERAULT J. M. (1990) Le traitement du discours argumentatif: recherches en production et en compréhension, **Archives de Psychologie**, 58, 315 -348.
- DUCROT, O. (1977) **Princípios de semântica linguística - Dizer e não dizer**, São Paulo: Cultrix (orig. 1972).
- \_\_\_\_\_. (1980) **Les échelles argumentatives**, Paris: Les éditions de Minuit (orig. 1973).
- \_\_\_\_\_. (1982) L'argumentation et l'acte d'argumenter, **Cahiers de Linguistique Française**, 4, 143-163.
- \_\_\_\_\_. (1984) Structuralisme, énonciation et sémantique. In **Le dire et le dit**, Paris: Editions de Minuit (orig. 1978), 67-94.
- \_\_\_\_\_. (1987) Sémantique et vérité: un deuxième type de rencontre, *Recherches Linguistiques* 16, 53-63.
- \_\_\_\_\_. (1989) Topoi et sens, **Actes du 9ème Colloque d'Albi**, 1-22.
- \_\_\_\_\_. (1990) **Polifonia y argumentacion**, Cali: Colombia: Universidad del Valle.
- \_\_\_\_\_. (1993a) Les topoi dans la "Théorie de l'argumentation dans la langue" in Ch. Plantin (ed) **Lieux communs, stéréotypes, clichés**, Paris: Kimé, (1993).
- \_\_\_\_\_. (1993b) Opérateurs argumentatifs et analyse de textes. In W.J.Ashby, M. Mithun; G. Perissinotto & E; Raposo (eds.) **Linguistic Perspectives on the Romance Languages**, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, B.V., 45-62.
- \_\_\_\_\_. (1995a) Topoi et formes topiques. In J. Cl. Anscombe, **Théorie des topoi**. Paris: Editions Kimé, 85-99 (*artigo modificado de um texto publicado no Bulletin d'études de linguistique française de l'Université de Tokio*, 22, 1988.).
- \_\_\_\_\_. (1995b) Les modificateurs déréalisants, **J. of Pragmatics**, 24, 145-165.
- GOLDER, C. (1992) Argumenter: de la justification à la négociation, **Archives de Psychologie**, 60, 3-24.
- \_\_\_\_\_. (1993) Savez vous argumenter à la mode...à la mode des petits?, **Enfance**, 47(4), 359-376.
- GRIZE, J.-B. (1982) Logique et argumentation. In **De la logique à l'argumentation**. Genève/Paris: Librairie Droz, 183-195 (orig. 1976).
- KAIL, M. & WEISENBORN, J. (1984) A development cross-linguistics study of adversative connectives: French "mais" and German "aber" vs. "sondern", **Journal of Child Language**, 11, 143-158.
- \_\_\_\_\_. (1991) Conjonctions: Developmental issues. In G. Piérait-Le-Bonniec & M. Dolitsky (eds.) **Language bases.... Discourse bases**, Amsterdam: Benjamins.
- KALOKERINOS, A. (1993) Pour une sémantique discursive des phénomènes scalaires, **Thèse de doctorat en Sciences du Langage**, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.
- KLEIBER, G. (1989) Généricité et typicalité, **Le français Moderne**, 57, 129-154.
- MOESCHLER, J. & SPENGLER, N. (1983) La concession ou la réfutation interdite: approches argumentative et conversationnelle, **Cahiers de Linguistique Française**, 4, 7-36.
- VAN DIJK. (1992) Episódios como unidades de análise do discurso. In **Cognição, discurso e interação**, São Paulo: Contez (artigo orig. 1982).